

Cotidiano fabril e comissões de fábrica: o populismo em debate

Esta comunicação tem como objetivo analisar o campo da historiografia atinente a história social do trabalho no Brasil no período de 1945 a 1964. Ao procurar compreender a atuação dos trabalhadores nesse período, uma das principais imagens elaboradas e cristalizadas por estudiosos é a de trabalhadores seduzidos por líderes carismáticos, a quem eram submissos e obedientes, no entanto, a recente historiografia aponta que é possível uma outra imagem da classe trabalhadora para o período denominado populismo. O populismo foi sim, um espaço de luta políticas e econômicas e a legislação sindical e trabalhista foi um terreno de disputas, na medida que, longe de ser um sistema de dominação fechado, era um campo que implicava barganhas políticas e evidentes conquistas de direitos. Neste sentido, essa comunicação analisará a importância das comissões de fábrica na constituição de uma identidade operária como instrumento nas lutas e estratégias frente o cotidiano fabril e exploração do capital.

Como salienta Jorge Ferreira, em *O populismo e sua história: debate e crítica*, de 2001, não há como negar a admiração dos trabalhadores por Getúlio Vargas. O episódio de sua morte é expressão desse fato. Muita tinta já foi gasta tentando elucidar a estranha engenharia política utilizada por este presidente que *ficaria na memória da massa trabalhadora como o homem que ouvira a voz dos 'humildes'*, mas que *fora responsável pela implantação [de uma] legislação trabalhista* de inspiração fascista e, que, ironicamente, recebe até o apoio de seus antigos opositores – os comunistas –, que numa *reviravolta da noite para o dia (...) passaram cada vez mais apoiar o esquema do nacionalismo populista*. Nacionalismo populista que, embora criado por Getúlio, teve outros seguidores como João Goulart, em cujo mandato aconteceu o Golpe Militar de 64, encerrando assim o chamado período populista.

Ainda conforme o autor, ao procurar compreender a atuação dos trabalhadores nesse período, uma das principais imagens elaboradas e cristalizadas por estudiosos é a acima mencionada, ou seja, a de trabalhadores seduzidos por líderes carismáticos, a quem eram submissos e obedientes, ou melhor dizendo, uma classe operária frágil, cooptada, manipulada, satisfeita com alguns benefícios materiais, passiva ante a uma estrutura sindical corporativa e a um sistema repressivo que moldava suas ações.

Na década de 60, alguns estudos, como os de Juarez Lopes e Leôncio Martins Rodrigues, elegeram a origem rural da classe trabalhadora como fator principal para sua falta de autonomia. Argumentava-se que, na década de 50, o Brasil viveu um processo de industrialização e urbanização acompanhado de intensa migração do campo para a cidade. A transferência de parte da população dos meios rurais para os centros urbanos acabou por modificar a composição social da classe operária brasileira. Se, no período anterior a 1930, a classe operária era constituída majoritariamente por imigrantes europeus, a partir de então os trabalhadores nacionais vieram constituir a quase totalidade dos novos contingentes operários. Assim, a chamada escola sociológica paulista, não apenas ressalta a alteração na composição social dos operários, mas assevera que a origem rural dos trabalhadores contribuiu para definir um novo padrão de comportamento e novas formas de atuação.

Para Juarez Brandão Lopes, nas comunidades rurais, a participação em ações coletivas se baseava em relações de parentesco e de vizinhança, e eram regidas por normas tradicionais e pessoais. Formas de cooperação de maior âmbito (associativas) eram quase inexistentes. Dessa maneira, o passado daqueles operários não ofereceria nenhuma experiência que lhes desse condições para conduzir ações coletivas (LOPES, 1979, p. 51,57, 69)¹, daí que os sindicatos não eram vistos como instrumentos legítimos de defesa do trabalhador.

Seguindo, mas aprofundando, as ideias de Juarez Brandão, o também sociólogo Leôncio Martins Rodrigues procura estabelecer uma ruptura entre o pré e o pós-1930. Para o autor, no segundo período, com o decréscimo da imigração europeia “mais qualificados e portadores de uma tradição de luta socialista e sindicalista” o movimento operário viu-se ofuscado pela massa de operários nacionais, de qualificação profissional muito baixa e amiúde sem experiência de vida num centro urbano relativamente grande”. Assim, o “velho sindicalismo de minorias militantes” foi “substituído pela estrutura sindical dirigida pelo Estado, num processo em que se combinou a violência contra os grupos operários organizados e a concessão de benefícios às grandes massas”².

Em *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, de 1968, o sociólogo José Albertino Rodrigues retoma a ação dos anarquistas, que constituiriam o “grupo mais ativo e aguerrido”

¹ LOPES, Juarez R. Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p 51, 57, 69.

² RODRIGUES, Leôncio Martins. *Classe Operária e sindicalismo no Brasil*. p. 347, 76.

do período, voltado para uma luta contra o capitalismo e a propriedade privada.³ Para Albertino Rodrigues, os anarquistas foram responsáveis por “um período de intensa atividade sindical e política nos meios operários”, como a greve de 1917.⁴ No entanto, com a mudança no perfil do proletariado a partir de 1930, esse novo operário “imbuído de uma cultura rural de formação patriarcal” era mais suscetível a “incorporar uma ideologia sindical de características paternalistas”. Os operários consideravam seu próprio emprego, bem como as leis de amparo ao trabalhador, como “dádiva” oferecida pelo patrão, a quem não diferenciava de seu antigo fazendeiro ou usineiro⁵.

Em síntese, em Juarez Brandão, Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues, o que se tem no pré-30 é uma classe operária composta majoritariamente por imigrantes estrangeiros que resultava em trabalhadores qualificados e politizados, combativos, autônomos, orientados principalmente pela ideologia anarquista. Por contraste, no pós-30, os migrantes rurais, desqualificados e sem qualquer tradição política, seriam presas fáceis de líderes populistas, principalmente de Vargas tornando-se completamente submissos a um sindicalismo corporativista e burocrático.

Como pano de fundo desse debate estão as teorias de modernização da sociedade, isto é, teorias que analisam o processo de transição de sociedades de base agrária para sociedades do tipo urbano industrial. Nessa transição se vislumbraria o fenômeno dos chamados Estados Populistas. Para um dos maiores expoentes dessa vertente, o sociólogo Octavio Ianni, os Estados populistas “envolvem a coalizão de classes, ou grupos sociais pertencentes a classes distintas, o que significa uma coalizão de categorias virtualmente antagônicas”. Difunde-se a idéia de harmonia das classes sociais. Essa aliança de classes é tida como pré-requisito para a emancipação econômica do país com a industrialização e do conseqüente bem-estar da população. O processo de industrialização implica na produção de um mercado de forças de trabalho. Portanto, é necessário não só “alargar e aprofundar o divórcio entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção” mediante a migração campo-cidade, mas também a criação de uma legislação social e sindical que regule as relações sociais de trabalho, vinculando o sistema sindical ao aparelho estatal, diluindo as linhas que marcam os antagonismos entre as classes sociais, valorizando as alianças policlassistas e, por fim que

³ RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 10

⁴ Idem, p. 12

⁵ Idem, p. 21

permita o “confisco salarial”.⁶ Para os trabalhadores em geral, “as ilusões do consumo crescente” e a possibilidade de “mobilidade social” apagavam na “consciência operária, as contradições entre os seus interesses e os da burguesia”⁷. Para Daniel Aarão Reis, na análise de Otávio Ianni, a aliança que demarca o populismo “há uma burguesia industrial consciente, líderes carismáticos empreendedores e maquiavélicos, e, trabalhadores, apenas massa – própria para amassar – de manobra”⁸.

Diferentemente da literatura que recorria a causas de teor estrutural para explicar o comportamento das classes trabalhadoras, Francisco Weffort elege como fio condutor de seu estudo a dimensão política, privilegiando a atuação dos dirigentes sindicais em determinadas conjunturas históricas. No entanto, semelhantemente a outros autores, Weffort também analisa a classe operária pela ótica do atraso⁹. Uma das preocupações do autor era a suposta falta de autonomia da classe trabalhadora perante o Estado, incomodava-lhe a posição de dependência dos sindicatos e do movimento operário em face do Estado. Em parte causada pela permanência de uma legislação sindical corporativista de natureza fascista, criada em pleno Estado Novo, e, incoerentemente, segundo o autor, vigente no período de implementação da democracia no país. Para F. Weffort, desvendar o processo que conferiu tamanha longevidade a essa legislação era crucial para compreender não só o movimento operário, mas também o próprio sistema democrático no período situado entre 1945 e 1964¹⁰.

Em suas palavras, a “ ‘tragédia do movimento operário brasileiro’ deveria ser procurada menos no ‘atraso’ da classe operária que numa orientação persistente por parte de

⁶ IANNI, Octavio. A formação do estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1991. p 143

⁷ Idem, pp. 136-148.

⁸ REIS, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” in FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p 353.

⁹ Não no sentido de origem rural dos operários, mas a necessidade de explicar a derrota do nacional desenvolvimentismo, dos movimentos populares pelas reformas de base e a implantação da ditadura em 1964 marcou profundamente os trabalhos acadêmicos. Era premente procurar os motivos pelos quais a classe trabalhadora não cumprira *seu papel* – o de apoiar o governo João Goulart, impedindo dessa forma a ocorrência do golpe. Conforme Marcelo Badaró, “a ideia de que o operariado possuía um ‘destino’ de classe, cuja medida seria a ampla adesão e a força social (progressiva ou revolucionária) com horizonte socialista” não se realizou. Destarte, “se para os analistas dos anos 60 a ‘culpa’ pela não correspondência do comportamento operário ao padrão projetado foi atribuída à ‘juventude’ e à origem rural da classe, para Weffort são os líderes sindicais e políticos (por miopia ou oportunismo político) os grandes responsáveis pelo pequeno enraizamento dos sindicatos nas bases operárias e pelo fracasso das propostas de reforma social então em debate”. MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 68. Tese de Doutorado.

¹⁰ O tema da legislação sindical corporativa foi abordado por Evaristo de Moraes Filho no livro O problema do Sindicato Único no Brasil, editado em 1952,- mas conforme aponta Weffort não extensamente desenvolvido WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário: Algumas questões para a História do Período 1945-1964. Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, CEDEC, 1978/79. Parte 1, p. 10

seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste ‘atraso’ para suas próprias manobras políticas”¹¹. E aqui, por pretensos dirigentes, leia-se dirigentes sindicais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para o autor, era preciso “interrogar o *sentido* das escolhas políticas e das preferências ideológicas” dos que se colocavam como dirigentes da classe operária¹². O que só era possível mediante uma análise da conjuntura da época.

Dessa maneira, Weffort considera o período de redemocratização (pós-45) como vital para o entendimento dos rumos que viria a tomar o movimento operário e sindical no Brasil. Em fevereiro de 45, Getúlio Vargas trouxe “a público suas decisões em relação à abertura do regime democrático no país”¹³, já que não ficaria muito bem para seu governo, que lutando junto às forças aliadas na II Guerra Mundial contra o nazi-fascismo, manter *em casa* um regime ditatorial. Neste mesmo período, informado pela orientação da União Soviética, que pregava a ideia de ordem e tranqüilidade, o PCB apoiou Vargas em nome da “paz e da reconstrução democrática” no Brasil¹⁴.

Além da preocupação com o processo de consolidação da democracia no Brasil, na década de 50, o PCB elege como um de seus principais inimigos o imperialismo norte-americano, adotando uma postura de defesa de um desenvolvimento autônomo da economia brasileira, independente do capital estrangeiro. Na visão dos comunistas, era fundamental uma aliança entre a burguesia nacional e o proletariado. Daí a adoção, por parte do PCB, de uma política de contenção de greves, ou, como quer Weffort, de *colaboração de classes*, distante, portanto, das reivindicações econômicas dos trabalhadores. Mais do que isso, distante da própria base. Por isso, a ênfase na política para a classe trabalhadora de “apertar o cinto”. As greves deveriam ser evitadas ao máximo. A resolução dos conflitos salariais deveria ser buscada diretamente com o governo através dos líderes sindicais, e não na luta direta entre capital e trabalho.¹⁵ Um sindicalismo de cúpula, onde os dirigentes sindicais “do país conquistavam a glória (...) de um acesso fácil, e demasiado freqüente, às antecâmaras do Ministério do Trabalho e da própria Presidência da República”.¹⁶

¹¹ WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra). São Paulo: Estudos Cebrap n. 4, abril/junho, 1973, p. 71

¹² WEFFORT, Francisco. 1978/79, Primeira parte, p. 7

¹³ WEFFORT, Francisco. 1973, p. 73

¹⁴ Não só a política externa soviética pesou nos rumos tomados pelo PCB. Segundo Weffort, deveria ser levando em conta também suas características nacionais, como sua composição social e formação ideológica. Cf. WEFFORT, 1973, p. 79-80.

¹⁵ Idem, p. 86

¹⁶ WEFFORT, Francisco. (1978-79). Segunda Parte, p. 4

Considerado um dos mais importantes teóricos sobre o tema populismo no Brasil, os trabalhos de Francisco Weffort constituem referência obrigatória para os que se aventuram pelo tema. Suas conclusões foram e continuam sendo polêmicas.¹⁷ No entanto, ao analisar a idéia de nacionalismo como base para o pacto social firmado nos anos populistas, Elina Pessanha e Regina Morel, focando os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no período 1945-64, afirmam que o discurso nacionalista não era passivamente assimilado. Ao contrário, era apropriado pelos trabalhadores como parte de uma ‘linguagem política’ que os unificava como grupo dotado de uma identidade comum. Por outro lado, era também através dele que reivindicavam princípios de igualdade e de reconhecimento como atores políticos. Além disso, embora “parceiros do Estado e de setores da burguesia local na defesa dos interesses nacionais”, não deixaram de levar adiante “enfrentamentos sucessivos, dentro e fora da fábrica”.

Para as autoras, se a legislação sindical tinha como função o controle do movimento sindical também significou a abertura de canais para a formação de identidades coletivas aos trabalhadores, bem como um reconhecimento público e um espaço de participação para os trabalhadores urbanos organizados”.¹⁸ Assim, Pessanha e Morel analisam a trajetória dos trabalhadores para além da unilateralidade do pacto social e da estrutura sindical corporativa implantada por Vargas. Afinal, se é pacto, não pode ser unilateral.

Ainda na década de 80, em *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros*, a socióloga Maria Célia Paoli chama a atenção para a necessidade de compreender os trabalhadores a partir de seus critérios de inteligibilidade, isto é, reconstruir o trajeto dos trabalhadores no seu fazer-se. Para a autora, teria sido no espaço fabril que uniões operárias, associações, ligas e sindicatos de resistência estruturam-se e que leva o Estado admitir, a necessidade de legislar as questões trabalhistas. Nesse enfoque, os trabalhadores contribuíram significativamente para a criação do Estado de compromisso, já que Getúlio Vargas, ao propor uma legislação capaz de regular as relações de produção, quis apagar a memória social das lutas operárias e apropriar-se do discurso e da experiência fabril dos trabalhadores. Nesse ponto, sua análise se aproxima da de Ângela de Castro Gomes, embora a partir de perspectivas distintas, já que

¹⁷ Cf. GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a trajetória de um conceito”. In: Ferreira Jorge, *op. cit.*, p. 29.

¹⁸ PESSANHA, Elina e MOREL, Regina. “Classe trabalhadora e populismo: reflexões de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro”. IN: FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, pp 313,314 e 317.

Paoli enfatiza a experiência fabril, ao passo que Gomes volta sua análise para o entendimento da lógica do Estado.¹⁹

Também Ricardo Maranhão, observando a relação entre sindicatos e base operária, em *Sindicatos e Democratização* (1979), ao abordar as greves realizadas em São Paulo entre janeiro de 1946 e maio de 1947, destacou a forte atuação das comissões de fábrica na organização.²⁰ As determinações do Partido Comunista para desestimular a ocorrência de greves “não encontrava ressonância na prática da classe”²¹. Em 1980, o militante comunista Hércules Correa publicou *A classe Operária e seu partido*, em alusão ao período 1945-64 informa que os comunistas que dirigiam entidades sindicais também organizaram e dirigiram greves em franca desobediência à orientação de ‘apertar os cintos’.²²

Também partindo da premissa de que os trabalhadores eram sujeitos da sua própria história, Hélio da Costa alicerçou as bases de seu livro *Em busca da memória* (1995), demonstrando trabalhadores marcados por um cotidiano no qual os operários tinham disposição de luta, solidariedade de classe, coesão e, sobretudo, clareza de seus direitos. Discutiam e deliberavam em acaloradas assembleias, circulando abaixo-assinados, organizando comissões de fábrica para negociar com os patrões, deflagrando greves à revelia de seus sindicatos, e, finalmente, cobrando a atuação de dirigentes sindicais quando estes procuravam caminhar em sentido contrário às suas demandas²³. Hélio da Costa procurou não reduzir a experiência operária apenas ao partido. Buscou compreender a militância comunista como um dos elementos da experiência da classe operária, sem reduzir a segunda à primeira. Ao abordar a constituição de uma identidade operária, suas lutas e estratégias frente aos problemas do cotidiano fabril, isto é, o *fazer-se* da classe trabalhadora, o autor revela sua dívida ao historiador inglês, o marxista E.P. Thompson.

Thomson, aliás, serviu-lhe de base para a interpretação de classe, mas também pelos enfoques sobre direito costumeiro e experiência de classe. No caso do direito, a legislação trabalhista, mais do que um conjunto de regras normativas, eram resguardadas na memória dos trabalhadores como mecanismos legítimos e eficazes de reivindicações.

¹⁹ Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, *passim*.

²⁰ Idem, p. 54

²¹ Idem, p. 66

²² CORREA, Hércules. *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 44

²³ COSTA, Hélio. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995.

Assim, através dos inúmeros episódios grevistas no período 1943-53, o autor percebeu o empenho da classe operária na organização e constituição de uma identidade frente às formas de exploração do capital, bem como a importância que as organizações nos locais de trabalho tiveram nesse processo. Mesmo a reboque de uma legislação sindical corporativista, os operários souberam criar estratégias para fazer valer seus direitos. Relativiza-se, portanto, a imagem de um Estado todo-poderoso “capaz de amordaçar a classe operária retirando das suas práticas cotidianas o caráter classista, autêntico e sobretudo de autonomia”.²⁴

Compreender as experiências e estratégias empreendidas pelos operários para fazer valer seus direitos é de certa forma tentar apreender os caminhos da implementação da democracia no Brasil, bem como as formas de participação política da classe trabalhadora; é, enfim, refletir sobre a questão da cidadania, um aspecto, *a priori*, de ordem legal.

Segundo Alexandre Fortes e Antonio L. Negro, *em Historiografia, trabalho e cidadania* (2003), ao analisar a classe operária como massa de manobra no período 1945 a 1964 muitos estudos não conseguiram atentar para o processo de reapropriação do enunciado dos direitos que a classe trabalhadora fez da legislação trabalhista²⁵, ou seja, os trabalhadores leram a legislação trabalhista de forma diferente da esperada pelo Estado.

Dessa maneira, se o império da lei é importante para as classes dominantes, não menos importante é o fato de que as classes subalternas também recorrem à lei para buscar seus direitos, afirmar sua dignidade e seu lugar na República. Dessa forma, esses autores apontam para a necessidade de “entender como o trabalhismo foi reinventado pelos trabalhadores, de como foi pensado no Palácio do Catete e de como foi recebido nos mais variados salões dos clubes e associações operários, um jogo conflitante de classes sociais em ação”.²⁶

Nesta mesma linha, Teixeira e Costa sugerem que justamente por utilizarem os recursos que a legislação trabalhista proporcionava, constrói-se entre os trabalhadores uma “crença simbólica nos direitos”, na qual “os recursos legais destinados a proteger os direitos no trabalho tiveram papel significativo na formação cultural e política da classe trabalhadora, de modo que a CLT foi um instrumento utilizado pelos operários para estruturarem suas exigências de justiça”.²⁷

²⁴ Idem, p. 146

²⁵ Apud. FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In: O Brasil republicano. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia Almeida Neves. (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 190-192.

²⁶ Idem, pp 204-205

²⁷ Idem, p. 233

Contudo, parte dos trabalhadores desconfiavam da sinceridade da lei. Se alguns a viam como esperança, outros a tomavam como fraude. Para John French, as leis trabalhistas somente se tornaram realidade nos locais de trabalho onde havia uma forte organização permitindo que os tribunais se transformassem em arena de disputas em que nem sempre os trabalhadores saíram derrotados e os patrões vitoriosos. Se a Justiça Trabalhista representava uma estratégia para apresentar o governo como protetor dos trabalhadores não podia a todo momento ser arbitrária, negligenciar provas testemunhais convincentes e favoráveis aos acusados de ‘insubordinação’ ou aceitar quaisquer alegações dos patrões, sendo preciso respeitar certas formas legais. Portanto, o que a recente historiografia aponta é que é possível uma outra imagem da classe trabalhadora nos anos populistas para além daquela forjada pelo Estado, isto é, de trabalhadores passivos e manipulados por líderes carismáticos. O populismo, como demonstram Teixeira e Costa, foi um espaço de luta políticas e econômicas, a legislação sindical e trabalhista foi um terreno de disputas, na medida que, longe de ser um sistema de dominação fechado, era um campo “aberto e indeterminado” no jogo político que implicava barganhas políticas e evidentes conquistas de direitos²⁸.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”. In: Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- CORREA, Hércules. A classe operária e seu partido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- COSTA, Hélio. Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Ed. Scritta, 1995.
- FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FERREIRA, Jorge. (org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In: O Brasil Republicano. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia Almeida Neves. (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

²⁸ Idem, p. 271.

- GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a trajetória de um conceito”. In: Ferreira Jorge (org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- IANNI, Octavio. A formação do estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1991.
- LOPES, Juarez R. Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe Operária e sindicalismo no Brasil.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicato e Democratização (Brasil 1945-1950). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismo no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 68. Tese de Doutorado.
- MOISÉS, José Álvaro. “As estratégias do novo sindicalismo”. In: Revista de cultura e política. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, ns. 5 e 6, 1981.
- PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. LOPES, José Sérgio Leite. (org.) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional: Ed. Marco Zero. S/d
- PESSANHA, Elina e MOREL, Regina. “Classe trabalhadora e populismo: reflexões de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro”. IN: FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.
- SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Hélio. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes” . In O populismo e sua história: debate e crítica. FERREIRA, Jorge (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário: Algumas questões para a História do Período 1945-1964. Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, CEDEC, 1978/79.
- WEFFORT, Francisco. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968”. Cadernos Cebrap. N.º. 5, 1972.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra). São Paulo: Estudos Cebrap. N.º. 4, abril/junho, 1973.

